

PROGRAMA DA FRENTE DE ESQUERDA BH SOCIALISTA:
POR UMA BH ALÉM DO POSSÍVEL

(Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e Partido Comunista Brasileiro – PCB)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO POPULARES: DIRIGIR A CIDADE PELA RADICALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA	4
3. DESENVOLVIMENTO COMO DISTRIBUIÇÃO DE PODER.....	6
4. MOBILIDADE URBANA COMO POLÍTICA DE REAPROPRIAÇÃO DA CIDADE	8
5. HABITAÇÃO: PELO RECONHECIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE	10
6. EDUCAÇÃO	11
7. SAÚDE: CONSTRUIR E GARANTIR OS DIREITOS MÍNIMOS DE UMA VIDA SAUDÁVEL	13
8. ARTE CONTRA A BARBÁRIE: CULTURA, DEMOCRACIA, FESTA E DIREITO À CIDADE	16
9. LAZER E ESPORTE	19
10. MEIO AMBIENTE: POR UMA REFORMA URBANA ECOSSOCIALISTA	21
11. SEGURANÇA: MAIS POLÍTICAS PÚBLICAS E MENOS REPRESSÃO	23
12. MULHERES.....	24
13. JUVENTUDE	26
14. DIVERSIDADE SEXUAL	29
15. NEGROS E NEGRAS.....	30

PROGRAMA DA FRENTE DE ESQUERDA BH SOCIALISTA: POR UMA BH ALÉM DO POSSÍVEL

(Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e Partido Comunista Brasileiro – PCB)

Não sabendo que era impossível, foi lá e fez. (Jean Cocteau)

1. INTRODUÇÃO

O programa que apresentamos a seguir é resultado de uma série de discussões realizadas entre os partidos que compõem essa frente, bem como debates com a presença de diversos ativistas e militantes de movimentos pela cidade que pensam e realizam uma BH para além do possível. Sabemos que essa proposta programática é ainda insuficiente e inacabada, e numa direção deve permanecer assim, porque a cidade que queremos também é inesgotável em seus sentidos, ela é (re)criada dia a dia por seus sujeitos.

Antes de apresentarmos de forma mais sistematizada nossas propostas para uma **BH além do possível** é necessário destacar que o programa, até então construído por todos nós (militantes e ativistas de partidos e movimentos sociais), apresentado nessas eleições municipais se articula a partir de duas ideias: **a radicalização da democracia e o direito à cidade**.

Avançar democraticamente ou tomar a democracia pela sua raiz significa defender a construção de processos de empoderamento dos 99% contra os 1% que detêm o poder material e simbólico de reprodução da sociedade em que vivemos. Desse modo, podemos dizer que os últimos 200 anos mostram que qualquer conquista democrática (por exemplo, o sufrágio universal) não é uma concessão, ao contrário, é resultado das lutas populares e da organização dos trabalhadores.

O que queremos dizer ao afirmar a “radicalização democrática” como um dos eixos norteadores desse programa? Temos como proposta um processo que aprofunde os mecanismos de participação populares já existentes e que, ao mesmo tempo, (re)crie outras formas democráticas que realizem (ou devolvam) o poder social e político dos 99%.

E mais concretamente, o que significa a radicalização democrática em Belo Horizonte? Quer dizer que defendemos a criação e o desenvolvimento horizontal de conselhos populares de decisão por bairro (ou por regional em um primeiro momento); a eleição direta de todos os representantes dos conselhos de cultura, saúde e educação; a criação do conselho municipal de mobilidade urbana; defendemos o orçamento e o planejamento populares da cidade; a defesa de que todos os projetos de iniciativa popular devem ser tomados pela prefeitura como seus para serem debatidos e avaliados pelos conselhos e pela câmara municipal; a realização de plebiscitos municipais; a construção de veículos de comunicação municipais que dê voz aos atores sociais da cidade; dentre outras ações que serão expostas no decorrer do nosso programa em tópicos específicos.

De outro lado, sabemos que um dos grandes bloqueios para o avanço da democracia é a desigualdade social inerente da sociedade perpetuada pelos 1%. Por isso, a defesa da radicalização da democracia só tem sentido quando articulada a políticas públicas que garantam e avancem na conquista de direitos à moradia, educação, saúde, cultura, transporte, ao trabalho, etc. Ou de dito outra forma, não podemos prescindir do “Direito à cidade”.

Não existe radicalização democrática sem a afirmação de direitos: o empoderamento dos 99% deve ser político e social. Por isso, afirmamos o “Direito à cidade” por meio de

políticas públicas que transformem a cidade e que garantam o direito do viver na e pela cidade.

Na articulação da radicalização da democracia e da afirmação do direito à cidade, apresentamos à cidade de Belo Horizonte nosso programa. Ainda é necessário acrescentar que a exposição do nosso texto não deve ser vista de forma hierarquizada, compartimentada ou fechada, mas que os pontos desenvolvidos por nós mantêm inter-relações e limitações próprias da incompletude das ideias e da inesgotabilidade dos sentidos ao se pensar um programa para a cidade (que não começa e nem termina nas eleições).

2. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO POPULARES: DIRIGIR A CIDADE PELA RADICALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA

Belo Horizonte foi a primeira capital do país a implantar em sua gestão administrativa o projeto conhecido como Orçamento Participativo. Esse modelo foi introduzido na cidade em 1993 e causou grande repercussão junto aos movimentos sociais, pois pela primeira vez na história da cidade os habitantes das comunidades locais eram reconhecidos como agentes que poderiam apresentar e eleger obras públicas de acordo com as necessidades de cada região. Os moradores discutiam as propostas apresentadas em debates públicos e, por meio de votação direta, elegia-se qual o melhor projeto ou o mais prioritário para receber os recursos previamente destinados pela PBH.

Esse processo foi um marco na história dos movimentos comunitários da cidade. Em num primeiro momento, colocou-os na condição de protagonistas de ações que poderiam agilizar demandas antigas e esquecidas pelo poder público, e ao mesmo tempo despertou nessas mesmas comunidades o senso de pertencimento ao que entendemos como cidade, e fez com que despertasse também o debate, a organização e a participação, mesmo que condicionada a determinadas regras.

À medida que as obras do Orçamento Participativo foram ganhando forma e identidade entre as comunidades que se envolveram nessa primeira etapa, foram crescendo também a influência de políticos ligados ao governo municipal que, através do lobby local, intercediam a favor de um determinado projeto que facultaria projeção local, aumento de influência em uma determinada região e o apadrinhamento, visando na maioria das vezes aumentar o prestígio na interlocução com os gestores das regionais e a consolidação de projetos pessoais, geralmente ligados à candidaturas ao cargo de vereador em algum dos partidos da base do governo municipal.

Com o passar do tempo, o OP, que chegou a ter quase 50% dos recursos do orçamento municipal destinados para projetos discutidos e votados nas assembleias regionais, foi sendo gradativamente reduzido, e as obras foram sendo atrasadas, tudo a fim de se cumprir outras exigências orçamentárias de maior impacto, entenda-se: visibilidade eleitoral, ou mesmo para a rolagem das dívidas da máquina pública. Ao mesmo tempo, os critérios de aprovação nas assembleias do OP foram sendo modificadas e afuniladas, prejudicando a aprovação dos projetos, que na maioria das vezes já tinham alguma definição inicial do próprio poder público via regionais administrativas.

Muitas lideranças comunitárias que surgiram na etapa inicial do OP foram sendo cooptadas pela lógica institucional e pelo modelo de gerenciamento das prefeituras chamadas democrático-populares, tornando-se advogados das propostas que tinham o interesse do executivo municipal em contraposição a outras demandas locais mais urgentes.

Hoje, o OP não é nem sombra do foi quando surgiu nos anos 90, pois naquele

momento havia-se uma expectativa de que a cada ano a fatia do orçamento destinado às regionais aumentasse, e que a população não se limitasse apenas a discutir os recursos destinados especificamente para cada região, mas que discutissem todo o conjunto do orçamento do município: os salários dos cargos eletivos, a dívida pública municipal, os investimentos, os encargos, enfim, que a população pudesse ser partícipe ativa dos destinos das finanças públicas que são fruto do suor de cada trabalhador(a) que paga impostos em Belo Horizonte.

O Orçamento que Precisamos:

A radicalização da participação democrática das comunidades de Belo Horizonte no processo administrativo deve ser um dos traços fundamentais na perspectiva de fundar uma nova referência institucional, onde, através de conselhos populares com poderes deliberativos, a população possa não apenas discutir e se decidir pelos projetos mais necessários às demandas de cada região, mas possa também ser o gestor da aplicação dos recursos advindos da tributação pública, o que não ocorre com o modelo atual de OP da PBH, que mantém o poder de decisão de quando a obra será iniciada, e como executá-la, ao sabor dos compromissos do executivo com as empreiteiras e outros ramos empresariais, fiéis doadores destes governantes durante as campanhas eleitorais.

Defendemos a ideia de um Orçamento Participativo que tenha maior abrangência sobre as diversas áreas administrativas, tais como: saúde, educação, habitação, meio ambiente, transporte, segurança pública, lazer, cultura, entre outros, de modo que todos os recursos destinados a essas áreas sejam eles de origem municipal, estadual ou federal, possam passar pelo crivo do debate público e democrático, que deve se instalar nos conselhos populares por área específica, onde todos os cidadãos terão o direito de participar dos debates de projetos de macro aplicação, e onde cada cidadão habitante de uma regional participará dos investimentos nas respectivas áreas para a sua região.

Ao contrário do que acontece com o atual modelo do OP, que cada vez menos recebe parcelas do orçamento municipal, defendemos a aplicação de 100% desses recursos para os projetos debatidos e aprovados nos conselhos populares.

Esses conselhos devem ser formados por entidades de classe identificadas com a área a ser tematizada, profissionais das diversas categorias que atuam nessas áreas e populares que, eleitos em cada quarteirão dos vários bairros de Belo Horizonte, serão os representantes da população nas discussões de projetos e na escolha das ações a serem implementadas.

O poder público pode e deverá participar do debate nos Conselhos, apresentando dados, subsidiando as discussões com informações pertinentes, e quando for o caso, encaminhando em igualdade de condições suas propostas para serem avaliadas pelos conselheiros.

A aplicação desses projetos deve estar a cabo da condução de uma comissão gestora eleita de forma direta no fim dos debates pelos conselheiros, e que terá a tarefa de aplicar os recursos públicos e prestar contas à população sobre a consecução das obras.

Para se evitar vícios e mesmo o fenômeno do lobby e da corrupção, os cargos deverão ser todos mudados de acordo com a avaliação dos membros do conselho, caso não haja confiança necessária ou algum processo que prejudique o bom andamento dos trabalhos.

Todo e qualquer cidadão deve ter acesso aos processos e às etapas de efetivação dos projetos, e em casos aonde o tema for de abrangência municipal, e que após o debate público verificar-se uma significativa divisão de interesses, as duas propostas mais expressivas devem ser levadas a referendo popular, resguardando o direito à vinculação das propostas a serem

implementadas nos órgãos de imprensa, além de debates televisivos, criando condições para toda a sociedade tomar ciência dos fatos.

Esperamos que essa forma de radicalização da participação democrática possa, de fato, garantir não apenas a condução popular da gestão da administração pública e política da PBH, mas também proporcionar um salto de qualidade no processo de organização e conscientização das comunidades e da população em geral sobre o sentido da cidadania e da participação ativa na disputa e na condução dos recursos públicos aos que de fato produzem a riqueza da nossa cidade, ou seja, a massa trabalhadora, a mais espoliada e esquecida pelos governos elitistas.

3. DESENVOLVIMENTO COMO DISTRIBUIÇÃO DE PODER

Tratar a questão das relações de trabalho e remuneração na cidade é abordar o aspecto do desenvolvimento econômico local e seu potencial de transformação da realidade. Atualmente, predomina a noção de que para se desenvolver a economia deve simplesmente crescer. O Brasil tem tido uma taxa de crescimento do PIB relevante na última década, mas apesar do aumento do poder de consumo de grande parte da população, não houve nenhuma mudança significativa na relação da sociedade com a economia, e a estrutura produtiva se concentrou em setores de atividade de altíssimo impacto ambiental, com pouca capacidade de geração de empregos de alto nível de qualificação e renda, além de reproduzir um modelo consumista, individualista, concentrador e excludente, que continua sendo reproduzido até seus limites estruturais.

Nesse cenário, Minas Gerais - e BH em consequência – aparece como um caso emblemático da situação brasileira. Através de sua região metropolitana, o seu crescimento econômico foi impulsionado pelo grande crescimento da China, mas não pressionou por nenhuma transformação em sua estrutura produtiva. Dessa maneira, o que foi visto foi um crescimento das atividades mínero-metal-mecânicas, com ênfase na mineração e na metalurgia, que continuaram beneficiando apenas uma pequena parcela da sociedade em detrimento de um alto custo ambiental e social para nosso estado.

O emprego em Belo Horizonte é majoritariamente dominado pelo setor de serviços, que representava 67% das vagas do setor formal em 2006. A cidade ainda concentra a maior parte das oportunidades de trabalho da Região Metropolitana, o que acarreta em grande afluxo diário de pessoas para BH. É importante ressaltar também que há uma concentração geográfica das ofertas desse tipo de emprego na região Centro-Sul da cidade, com uma exceção para a região Norte, que abriga a Cidade Administrativa e representa a contribuição que o funcionalismo público tem para o trabalho na cidade.

O crescimento do emprego do setor de serviços nos últimos anos absorveu parte do trabalho informal que se verificava na capital principalmente na ação de camelôs. Mas a diminuição desse trabalho não se deu majoritariamente por essa causa, e sim pela repressão policial dos últimos anos, aliado a um processo de alta do preço da terra que, em última instância, tem expulsado a população de renda mais baixa de BH para municípios da periferia da RMBH, como Ribeirão das Neves, Vespasiano e vários outros. O crescimento do setor terciário – em detrimento das atividades industriais que outrora empregavam contingentes maiores – envolveu também um forte aumento do emprego nos serviços precários, de baixa remuneração, com pouca ou nenhuma mobilidade ascendente e altíssima rotatividade no trabalho, o que criou uma grande camada de trabalhadores mal remunerados e sem qualquer estabilidade de emprego ou perspectiva de ascensão nas atividades que exercem.

Uma vez delineada a situação geral do município, deve-se pensar o papel do poder público em transformar a cidade. O foco de nossa proposta deve ser o combate à precariedade – formas de trabalho com baixa remuneração e em más condições - mas principalmente propor formas de se alterar as relações sociais de trabalho, influenciando inclusive na questão da relação capital-trabalho na cidade.

Para isso, importa na cidade investir em capacitação e educação dos trabalhadores, como um primeiro passo na direção de maior autonomia em relação à dependência dos empregos precários, de baixa remuneração e sem estabilidade, pois a oferta abundante de mão de obra desqualificada e sem outras alternativas de inserção profissional é altamente benéfica para o capital. Trata-se então de formar trabalhadores com maior capacitação técnica que sejam capazes de se livrar dessa dependência absoluta dos empregos precários que constituem a maior parte do setor de serviços na cidade hoje, e principalmente, que este processo de capacitação e de educação no sentido amplo não passe pelo mercado, e não seja simplesmente mais uma mercadoria dos serviços na cidade. Para tal, torna-se necessária uma proposta de um centro municipal – ou vários centros regionais - de formação técnica e profissional, que aumente o nível de qualificação dos trabalhadores ao mesmo tempo em que incentive o estabelecimento de novas formas de organização do trabalho, tais como cooperativas e outras organizações da economia solidária em que não há uma pressão pela competitividade, típica do capitalismo. O cerne da questão é, a partir do poder público, criar instrumentos de empoderamento da população também na questão econômica, democratizando o acesso aos bons empregos ao mesmo tempo em que se criem novas formas de inserção produtiva, baseadas em princípios distintos da relação capital-trabalho. Estas novas formas de lidar com a atividade produtiva e com a cidade formam a base de uma nova forma de organização e participação política que é a base da proposta deste programa – a radicalização democrática passa por democratizar as relações de trabalho e ampliar a participação da população nos rumos econômicos da cidade.

Assim, a proposta de centros de capacitação técnica também se encontraria nos espaços das escolas como parte da proposta da escola integrada. A ideia é fazer com que a capacitação se volte para a localidade dos bairros onde reside a população e se relacione com a solução problemas reais, como é o caso da questão da habitação.

Em resumo, uma proposta para o trabalho na cidade deve ser uma proposta de desenvolvimento para a maior parte da população. De maneira a retirar BH da recente visão do planejamento estratégico que preconiza uma competição entre as cidades, usa da renúncia fiscal como instrumento de atração de grandes empresas e multinacionais que nada fazem além de concentrar os ganhos com uma ínfima camada da população, e que abandona a perspectiva de desenvolvimento econômico democrático e distributivo a favor de uma estratégia concentradora e altamente excludente. O desenvolvimento local e democrático de novas formas de trabalho, e novas formas de relações sociais, visa não só a geração de emprego e renda, mas a construção de um espaço cidadão melhor, menos desigual, com uma população mais voltada para sua vida cotidiana, inserindo nesta o trabalho como obra e onde a atividade criadora, colaborativa e autônoma toma o lugar da simples reprodução das relações atuais de trabalho por trás da valorização do capital.

Eixos e propostas:

- Abandono da visão empresarial e competitiva de gerir a cidade e da renúncia fiscal para atração de grandes empresas e multinacionais.
- Diminuir e eventualmente eliminar o trabalho precário – de baixo rendimento e alta rotatividade – por meio de políticas públicas de capacitação dos trabalhadores.

- Criação de centros de capacitação de formação técnica e profissional com ênfase para novas formas de organização do trabalho, cooperativas e solidárias.
- Incorporação dos princípios desses centros ao programa de escola integrada, visando também estimular centralidades e a autonomia da população em relação ao seu bairro.

4. MOBILIDADE URBANA COMO POLÍTICA DE REAPROPRIAÇÃO DA CIDADE

A mobilidade urbana pode ser entendida como a capacidade de ir e vir dentro do espaço da cidade. Assim está relacionada com a possibilidade de que o cidadão tem de usufruir os recursos do lugar em que habita, ter acesso a espaços de lazer, trabalho, educação, esportes. A dinâmica diária da cidade pressupõe esse fluxo contínuo de pessoas e transborda os limites territoriais do município, englobando um espaço de conurbação metropolitana. Em BH, esse espaço conurbado, no qual o tecido urbano é contínuo e não há uma definição física clara de onde acaba um município e começa outro, já abrange mais de 10 municípios além da capital mineira. Além destes, há vários municípios que tem seu fluxo diário condicionado a BH, sendo a RMBH constituída por 34 municípios. A compreensão da mobilidade urbana em BH passa pela compreensão da política pública para este sistema e, especificamente, de como está a situação dos transportes coletivos em três quesitos: qualidade, abundância - tanto em quantidade como em abrangência geográfica (capilaridade) – e preço. Se qualquer desses três quesitos estiver ruim, o funcionamento do sistema de transporte coletivo fica comprometido. Tendo essa dinâmica em mente, a proposta de mobilidade urbana da Frente Socialista PSOL/PCB se estrutura em 4 eixos principais, a saber:

1. Integração metropolitana

Atualmente a gestão do transporte público na RMBH se dá em nível intramunicipal por cada município separadamente, e em nível intermunicipal pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Governo do Estado. A falta de integração no planejamento das linhas, horários e quantidade de ônibus gera enorme transtorno para a população. Transtorno este agravado pelo sistema diferenciado de concessão para os ônibus, o que faz com que as tarifas sejam diferenciadas e seus reajustes ocorram em momentos diferentes, e – principalmente – não haja integração tarifária entre os cartões pré-pagos de tarifa.

Dessa maneira, propomos a implantação mais rápida possível de um sistema de administração unificada dos transportes coletivos em nível metropolitano, com integração tarifária e sistema de concessão único. Ressaltamos também, que a falta de acordo, atualmente, para se chegar a uma integração tarifária é fruto da lógica privada do transporte público, que faz com que as concessionárias disputem entre si e queiram cada vez mais lucro.

2. Integração modal: primazia do transporte público e do não-motorizado

A integração dos diferentes modos de transporte é outro eixo da nossa proposta. Para reverter a dominação do carro como meio de transporte, que atualmente paralisa nossas cidades, deve ser dada a máxima prioridade para os transportes coletivos e para os meios não-motorizados de transportes, estes inclusive por questão de saúde pública.

Assim, é necessária a ampliação do espaço do ônibus na cidade, com um maior número de faixas exclusivas. Além disso, é preciso integrá-lo a outros meios de transporte como o metrô, com estações integradas. Para o caso do modo de andar a pé e da bicicleta, é necessária a ampliação e melhoria das calçadas na cidade, ampliando o espaço pedonal. A instalação de bicicletários, o aumento de ciclovias e ciclofaixas bem como a integração ao

transporte coletivo com a instalação de portas-bicicleta nos ônibus são outros pontos propostos.

3. A mobilidade como direito: por uma política de destarificação do transporte público

A inversão da lógica de financiamento do transporte público em Belo Horizonte é o ponto principal, crucial, de nossa proposta programática. O atual edital de concessão do transporte público em BH tem uma validade de 20 anos e garante, em cláusula contratual, o lucro das empresas via tarifa por todo esse tempo. Qualquer variação nos custos é repassada imediatamente para o passageiro por meio do aumento anual da tarifa.

A partir desses fatos, surge a necessidade de formulação de propostas para reverter radicalmente essa situação. Em primeiro lugar, é necessária a inversão na forma de financiamento do sistema. Não mais o passageiro pagando diretamente a passagem a cada momento que usar o sistema, e sim uma forma de financiamento antecipada, *uma mudança do financiamento direto para o financiamento indireto*. Esta forma já é presente nos dois grandes serviços básicos da sociedade: saúde e educação, que, por mais que aparentem ser gratuitos no momento de sua utilização, foram pagos por toda a sociedade antecipada e continuamente na transferência de recursos por meio de impostos. É a mudança da lógica do “paga quem usa” para a lógica do “paga quem se beneficia” do serviço. Nenhum recurso público será suficiente para financiar o transporte coletivo se este ainda estiver estruturado na lógica do lucro, como ocorre atualmente em BH. A reversão dessa lógica só é possível por meio de uma revisão dos contratos de concessão e um enfrentamento do oligopólio das empresas do transporte coletivo da cidade. Dessa maneira, é necessário criar instrumentos que possibilitem essa redução dos lucros por meio da redução do valor tarifário a um valor próximo de seu custo real. Isso implica também que, progressivamente, a concessão pública não seja mais administrada pelo setor privado – inevitavelmente submetido à lógica do lucro. Nas palavras de Lúcio Gregori, secretário de transportes de São Paulo durante o governo Luiza Erundina e idealizador da destarificação, uma progressiva “municipalização do transporte coletivo”.

Em resumo, propomos que a política tarifária de se garantir o lucro para as empresas deva ser revogada e uma destarificação, financiada progressiva e simultaneamente pelos lucros dos empresários e os recursos públicos propostos aqui, deva ser posta em prática.

Sabemos que a nossa proposta, nos moldes como foi apresentada, ainda precisa ganhar apoio político e disputar espaço. Por isso, apoiamos todas as políticas progressivas de destarificação a começar pela revisão do contrato de concessão e da política tarifária, e por um imediato barateamento da tarifa atual. Além disso, propomos a criação de um fundo público constituído a partir dos recursos de publicidade dos ônibus, da realocação orçamentária dos recursos de expansão do sistema viário e de multas, que possibilite a universalização do passe-livre estudantil, e o estabelecimento do passe-livre universal aos fins de semana. Medidas de simplificação tarifária (como a possibilidade de compra de um valor mensal ou semanal) também caminham no sentido da destarificação.

4. Controle popular da mobilidade urbana

Todos os três eixos anteriores só terão efetividade se estiverem submetidos a um controle da sociedade. Para isso, propomos a estruturação de 10 conselhos populares – um para cada regional da cidade e um em nível municipal – com caráter deliberativo. Além disso, deve haver a imediata divulgação das contas dos consórcios de ônibus e principalmente da administradora do sistema de cartão pré-pago BHBUS, a Transfácil.

5. HABITAÇÃO: PELO RECONHECIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

A situação da moradia no Brasil é caótica: milhões de famílias vivem em áreas de risco, não apenas devido a enchentes e desabamentos. Há milhões que estão no dia a dia vivendo em péssimas condições, sem acesso a água, sem saúde, com transporte precário e esgotos a céu aberto. Mesmo levando em conta a possibilidade de melhorias nestas submoradias, seriam necessárias cerca de seis milhões e seiscentos mil moradias para combater o déficit habitacional do país. Para o caso da RMBH, há um déficit habitacional de 173 mil moradias, sendo 53 mil apenas em Belo Horizonte.

Uma das causas primordiais para a atual situação é a questão do acesso e da propriedade da terra na cidade, Belo Horizonte tem passado por um processo de valorização da terra urbana sem precedentes em sua história. O aquecimento da indústria imobiliária, a atuação conservadora das recentes prefeituras visando o benefício desse setor, a legislação frouxa e o processo de remoções contribuem para um processo aberto de expulsão das camadas de menor renda da população para os municípios periféricos da região metropolitana, criando uma situação sem precedentes em BH: um aumento dos indicadores de renda per capita em BH pela violenta exportação de seus pobres para longe.

Dessa situação surgiu um processo de resistência espontânea da população, por meio principalmente dos processos de ocupação de terrenos vazios na cidade. Assim, a ocupação urbana Dandara, de 2009, surge como um marco de referência para luta por moradia da cidade, tanto por sua força organizativa e de resistência política como por seu projeto urbano de ocupação – articulado com outros setores da sociedade, como as universidades. O aspecto comunitário de Dandara fornece instrumentos para se pensar uma nova forma de planejamento urbano democrático da cidade, que saiba articular as demandas e o protagonismo dos movimentos populares com um suporte técnico e jurídico do poder público.

Dessa maneira, uma proposta de política de habitação para a cidade deve ser capaz de combinar o acúmulo do processo histórico de luta pela reforma urbana no Brasil, que teve grande atuação na década de 1980 e nas lutas na assembleia constituinte, cuja grande conquista institucional foi a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, com o novo protagonismo e demanda dos atuais movimentos de ocupação da cidade. **Assim, o primeiro eixo de nossa proposta é estabelecer as condições para a construção de um planejamento urbano democrático e participativo para a consolidação das atuais ocupações urbanas de Belo Horizonte - dentre as quais destacamos Dandara, Irmã Dorothy, Camilo Torres, Zilah Sposito – Helena Greco e a recentemente removida Eliana Silva.**

Entretanto, a consolidação das atuais ocupações não é suficiente para resolver a questão do déficit de moradias em BH. Nesse sentido, é necessário criar um plano especial para o estabelecimento de habitações de interesse social que priorize zonas com infraestrutura e equipamento urbano consolidados. **A prioridade então seria dada para a reforma e ocupação dos inúmeros prédios abandonados da região central da cidade.** É importante ressaltar que, assim como nas diversas propostas apresentadas aqui neste programa, a política de habitação visa também dar condições para a construção de novas formas de sociabilidade, buscando empoderar a população como um agente participativo no planejamento urbano da cidade. Esse empoderamento deve ser feito também a partir da consolidação de conselhos populares, associação de moradores e outros tipos de organização que não tenham necessariamente uma relação institucional com a prefeitura, para que sua autonomia possa ser garantida.

Outro ponto importante para a consolidação de uma política de moradias de interesse social é o combate à especulação imobiliária e à indústria imobiliária de uma maneira geral.

Assim, é necessária a consolidação de instrumentos fornecidos pelo município e pelo Estatuto da Cidade para atingir tal fim, tal como o IPTU progressivo no tempo e na dimensão territorial da propriedade, aluguel compulsório de propriedades abandonadas, etc. A revisão do zoneamento da cidade é outro ponto necessário para impedir tanto a reprodução de uma lógica de habitação que vise apenas à verticalização e a habitação de luxo para as classes altas, como também possa consolidar e ampliar as zonas especiais de interesse social.

Por fim, como programa mínimo, é necessária atenção especial a famílias que habitam em áreas de risco. As remoções e reassentamentos, necessários nesse caso, devem ser feitas observando o princípio de “chave por chave” e de preservação da comunidade criada, com a nova habitação o mais perto possível da removida, inclusive para não reproduzir a atual lógica de expulsão de população para a periferia como se verificou ocorrer nos casos de remoção do programa “Vila Viva”.

Em resumo, a política de habitação proposta nesse programa deve enfrentar o ponto nodal de entrave histórico na luta pela reforma urbana: a propriedade da terra urbana e seu uso para fins privados em detrimento do interesse da população. A prefeitura deve dar o primeiro passo ao estabelecer uma política para a utilização social de suas propriedades, ao mesmo tempo em que assume o lado da população sem-teto nas disputas com proprietários privados de terreno ociosos na cidade. É o primeiro movimento de um processo que teria a população como protagonista.

Eixos e propostas:

- Por uma ampla reforma urbana. Moradia digna com condições dignas para todos.
- Eleição direta dos representantes do Conselho Municipal de Habitação.
- Universalização do acesso à habitação de qualidade para todas as famílias.
- Pela legalização das ocupações e contra a política de remoções.
- Reassentamento, com infraestrutura urbana e moradia digna, próximo ao local da comunidade reassentada.
- Destinação das terras públicas para habitação de interesse social (famílias com rendas abaixo de um salário mínimo do DIEESE).
- Combate à especulação imobiliária, pela aplicação da função social da propriedade.
- Revisão do zoneamento da cidade.
- Taxação progressiva dos impostos sobre a propriedade.
- Articulação dos programas habitacionais e de implantação de infraestrutura com uma política de geração de emprego e renda.
- Envolvimento das universidades e dos institutos de pesquisa na implementação do plano de reforma urbana, com o redirecionamento de ações de ensino, pesquisa e extensão, articulando temáticas sociais ao planejamento e desenvolvimento urbano.

6. EDUCAÇÃO

No último período observamos três faces da política educacional consolidada pelo atual governo. A primeira delas é a não realização de investimentos sólidos nas áreas sociais, com medidas de arrocho salarial e retirada de direitos trabalhistas. Para ilustrar essa política, vejamos o caso da expansão da educação infantil em Belo Horizonte. A ampliação da RMEBH (Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte), nesse segmento, coincidiu com

um período de crescimento econômico e ampliação das receitas do município, mas a opção política foi de provocar uma divisão da carreira docente e propor um salário muito baixo para as educadoras infantis.

A segunda política, em Belo Horizonte, refere-se à gestão do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) e dos 30% para a educação, com ausência de transparência e uma administração centralizada pelos órgãos financeiros da PBH, que não investem o estabelecido pela Lei Orgânica Municipal.

A escola pública é um espaço importante da vida da comunidade e deve ser resgatado o seu papel formador e mobilizador dos anseios populares. Por isso, é fundamental recolocarmos o debate do acesso ao conhecimento socialmente acumulado como um direito fundamental da população e um dever do Estado. Isso exige **a ampliação de vagas na educação infantil, a construção de uma política de formação de jovens e adultos com garantia de acesso ao ensino médio.**

A melhoria da qualidade da educação exige **a elaboração de uma política de valorização dos/as profissionais da educação, com uma jornada de trabalho compatível com a sua função social, que garanta ao mesmo tempo o atendimento aos/às estudantes e tempo para formação e planejamento coletivo.** Como parte dessa política é necessário levar em conta o perfil profissional da Rede e considerar a realidade de seus/suas profissionais.

Atualmente, o corpo docente do ensino fundamental encontra-se, em sua maioria, com mais de 40 anos de idade e mais de 15 anos de serviço, ou seja, a Rede se encontra em um processo de envelhecimento. Esse envelhecimento da categoria aponta para **a urgência de incorporação nas políticas de valorização questões vinculadas à assistência à saúde e à previdência municipal**, pois elas têm grande repercussão na vida profissional, bem como exigem a elaboração de estratégias de formação diferenciadas, que considerem a diversidade de tempos de trabalho dos/as profissionais da Rede, e garantam a formação de uma nova geração de educadores/as.

Compreendemos ainda que a política de valorização profissional precise romper com uma concepção sexista ainda presente nas políticas públicas, pois ao mesmo tempo em que se estabelece um discurso de valorização do trabalho feminino, promove-se a divisão sexual do trabalho em suas políticas salariais. Neste sentido, **defendemos que a política de valorização do magistério e dos/as profissionais da educação seja considerada como parte da estratégia de valorização do trabalho feminino e do “empoderamento” das mulheres.**

Outro aspecto a ser revisto é a padronização das escolas através de diferentes ações do governo municipal, entre as quais destacamos: o estabelecimento de um boletim único desconsiderando todo o processo de elaboração de cada unidade sobre a avaliação escolar, seus instrumentos e a forma de registro; a padronização da pintura das escolas, realizada de forma simultânea, à revelia da comunidade escolar, inclusive naquelas unidades que haviam sido reformadas recentemente; a padronização do uniforme escolar desconsiderando a identidade de cada instituição na comunidade, bem como a contratação de empresa questionada pelo Ministério Público, em detrimento das confecções regionais que têm fabricado o uniforme escolar ao longo dos anos; as avaliações sistêmicas com metas de desempenho definidas em espaços alheios à escola.

As medidas e ações do governo objetivam que todo o envolvimento, compromisso e experiência, devem ser esquecidos e dar lugar a uma maneira de ser docente que garanta o resultado do/a estudante na prova, provocando uma ruptura com a concepção do que seja uma boa prática pedagógica no sentido de suprir as necessidades dos/as estudantes.

No conjunto das medidas municipais, incluem-se aquelas que **visam impedir a organização sindical e da comunidade escolar**. São medidas de caráter repressivo e incluem os cursos de formação de novos servidores e os cursos de formação pedagógica realizados pela SMED (Secretaria Municipal de Educação). Neles, os recém-chegados a PBH, são constrangidos a não se organizarem para pleitearem os seus direitos.

O resultado dessa política é o estabelecimento de um forte conflito entre as escolas e os gestores vinculados à Secretaria de Educação. De um lado, aqueles/as que querem manter acesa uma luz sobre a educação e, de outro, os que fazem de tudo para preservar os seus cargos e status perante a gestão municipal.

Urge, portanto, **reconstruir os espaços de participação da gestão democrática**, o que exige a reconstrução do poder normativo do Conselho Municipal de Educação e das Conferências Municipais de Educação, para que sejam efetivamente espaços públicos de debates e de decisões, e não meras instâncias de instrumentalização da vontade governamental. Exige ainda, reconstruir o poder deliberativo das Assembléias Escolares e dos Colegiados Escolares como espaços coletivos de definição do projeto pedagógico de cada comunidade escolar, que deve ser articulado a um projeto global de sociedade, bem como a garantia com transparência de informações do papel fiscalizador do Conselho do FUNDEB.

Essa reconstrução exige **valorizar o trabalho realizado pelo conjunto dos/das profissionais da educação**, inclusive com **realização de concursos públicos para todos os cargos, carreira única para o corpo docente**, e **valorização da escola pública municipal**. Este processo de valorização está entrelaçado pelas concepções de educação, por isso, a disputa em curso exige retomarmos a organização em torno do projeto educacional sistematizado nos documentos dos CONED (Congresso Nacional de Educação), no Plano Nacional de Educação elaborado por militantes do movimento social, em 1997. Exige recolocar em pauta o debate sobre o projeto educacional como parte integrante do projeto de sociedade, que tem como princípio a democratização do Estado e das relações sociais, e é comprometido com os interesses da maioria da população, a defesa da Escola pública e a responsabilidade do Estado no desenvolvimento da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, pois **compreendemos a educação como um direito social básico e universal, como pré-requisito na superação da histórica dependência científica, tecnológica e cultural do país e na superação das discriminações de gênero, raça/etnia, opção sexual**.

7. SAÚDE: CONSTRUIR E GARANTIR OS DIREITOS MÍNIMOS DE UMA VIDA SAUDÁVEL

*É preciso lutar, porque saúde não se vende, louco não se prende:
quem tá doente é o sistema social.*

O surgimento do SUS (Sistema Único de Saúde) foi uma grande vitória popular e trouxe mudanças significativas nas políticas de acesso à saúde no Brasil. Entretanto, seus princípios e diretrizes vêm sofrendo inúmeros ataques, comprometendo premissas importantes como o seu caráter público e universal. Medidas privatizantes são apresentadas em diversas cidades do país e em Belo Horizonte não é diferente, pois a atual gestão municipal introduziu a Parceria Público Privada - PPP - na saúde. Entendemos que esse tipo de projeto é pautado pela lógica mercantil e do lucro, numa clara inversão da concepção original de saúde do SUS.

Os serviços de saúde em BH estão organizados de forma semelhante à maioria dos municípios brasileiros; existem as Equipes de Saúde da Família (560 no total), as Policlínicas, as Unidades de Pronto Atendimento e os serviços de maior complexidade. Pelas condições e reivindicações da população este modelo é insuficiente para atender os cidadãos com

dignidade. Por isso, todos os dias surgem reclamações, denúncias e críticas centradas nas filas, na falta de profissionais, medicamentos, etc. Na imensa maioria dos casos as reclamações são justas, pois os governantes não priorizam a organização e os avanços nas áreas sociais. Às reclamações, juntam-se as denúncias de corrupção envolvendo os recursos destinados à saúde, principalmente envolvendo compras de insumos, equipamentos e medicamentos.

Tornou-se rotina, também, a substituição do trabalho concreto, o uso abusivo de propagandas sobre projetos, programas e realizações que são verdadeiras obras de ficção. Veja a política de medicamentos: os programas “Farmácia Popular”, “Aqui tem Farmácia Popular” e “Saúde não tem preço”. Segundo pesquisas, eles são bem avaliados pela população, mas não se menciona que os mesmos distanciam os usuários das unidades básicas de saúde, tornando superficial e inadequado o acompanhamento dos mesmos. Além disso, ao negar a assistência farmacêutica pública, os governantes novamente reiteram o desrespeito aos fundamentos básicos do SUS.

Segundo relatório do Tribunal de Contas da União, os medicamentos subsidiados por esses programas apresentam custo até 2.500% superior em relação àqueles dispensados pelas farmácias públicas. Estes meios mantêm o lucro dos proprietários de Farmácias, abrem novos espaços para a corrupção e submetem a população a orientações completamente enviesadas e não enfocadas em sua saúde.

Outro dado importante é que hoje o financiamento do SUS é baseado em programas, o que na prática restringe a capacidade de os municípios criarem meios mais eficientes de atendimento da sua população, pois os recursos são transferidos especificamente para um ou outro projeto.

Em época de eleições aparecem as promessas de soluções mágicas que recheiam as propagandas eleitorais. Promessas estas simplesmente não cumpridas ou, quando levadas a cabo, sempre ineficazes. Nós do PSOL e PCB, entendemos que não é preciso reinventar a roda. É possível e necessário alcançar qualidade, aplicando os princípios e diretrizes do SUS e resgatando os ideais do movimento da Reforma Sanitária. É preciso equacionar o financiamento, investir em pessoal, organizar o sistema e ampliar o controle social. Além disso, é necessária uma política de recursos humanos que valorize o trabalhador da saúde, com concursos públicos e melhores condições de trabalho. É preciso afirmar o controle social do SUS, como por exemplo, na efetivação das deliberações das Conferências e Conselho Municipal que defendam a saúde pública e estatal.

Pela consolidação e ampliação da rede de saúde mental de Belo Horizonte.

Por uma Belo Horizonte sem manicômios.

Por uma política de atenção aos usuários de álcool e outras drogas que respeite os princípios do SUS, da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial.

Belo Horizonte tornou-se nos últimos anos uma referência em rede de saúde mental substitutiva aos hospitais psiquiátricos. Tem realizado o fechamento de leitos em hospitais psiquiátricos conveniados ao SUS e devolvido aos cidadãos internados há 20, 30 anos o direito de terem uma casa, de circularem pela cidade, o direito à vida. Construíram-se serviços potentes de resposta à crise (CERSAM's) e de inserção social (Centros de Convivência) e tem, junto aos movimentos sociais da Luta Antimanicomial, realizado efetivo diálogo com a sociedade belo-horizontina de respeito às diferenças e modos de viver e experienciar a vida.

Há, contudo, assim como nos demais serviços de saúde da cidade, intensa precarização do trabalho, com a necessidade de se ampliar essa rede, nomear candidatos aprovados em

concurso público, e aprofundar políticas de inserção social. Os movimentos sociais da Luta Antimanicomial têm padecido da criminalização dos movimentos sociais, como pudemos vivenciar no último 18 de Maio (Dia Nacional da Luta Antimanicomial), que teve seu itinerário histórico alterado arbitrariamente.

Por outro lado, o uso abusivo de drogas ilícitas está em foco na mídia e têm gerado diversas polêmicas dentro da sociedade. A atual política voltada aos usuários dependentes de substâncias psicoativas é pautada pelo discurso de "guerra às drogas" ou "enfrentamento ao crack", sabidamente ineficazes quanto à diminuição do uso de tais substâncias. Torna-se claro, portanto, que esse empreendimento tem à vista a "higienização" dos espaços públicos para os grandes eventos esportivos que ocorrerão na cidade.

Entendemos que o uso e abuso de álcool e outras drogas devem ser tratadas como uma questão social e de saúde pública e não uma questão de polícia ou judicial. Dessa forma, as políticas públicas voltadas às pessoas com sofrimento causado pelo álcool e/ou outras drogas devem partir de ações que afirmem a socialização humana, a retomada dos laços afetivos e familiares, à reinserção em atividades de trabalho, cultura e lazer, com respeito às diferenças, e não com medidas proibicionistas, de isolamento e enclausuramento. Nesse ínterim, Belo Horizonte não deve se furtar ao debate profundo e exaustivo em torno da descriminalização das drogas.

Para isso é necessário que todas as políticas sejam pautadas nos princípios do SUS e da Reforma Psiquiátrica, refutando medidas como o financiamento público para "comunidades terapêuticas" que têm como lógica o confinamento, o doutrinação religioso, a disciplina e trabalhos forçados como forma de tratamento. A internação involuntária é uma das faces mais perversas desse processo e um grande desrespeito aos direitos humanos.

Nesse sentido, propomos estratégias e intervenções que desenvolvam uma rede intersetorial de atenção ao usuário de álcool e outras drogas, fundamentada na estratégia de **Redução de Danos** e ampliando a rede de **Consultórios de Rua** (equipes multiprofissionais de saúde que promovem cuidados em saúde no contexto social da população moradora de rua e que têm como um de seus objetivos diminuir a lacuna presente entre os serviços de saúde e os indivíduos que são excluídos socialmente) e de **CERSAM's ad** (Centros de Referência em Saúde Mental - Álcool e Drogas).

Eixos e propostas:

- Assumir a responsabilidade da construção do SUS como sistema universal, integral, público, equânime e controlado efetivamente pelas demandas da sociedade.
- Fortalecer o SUS, com o objetivo de torná-lo 100% estatal.
- Incorporar-nos à luta pelos 10% do PIB para saúde pública.
- Auditar e suspender todas as PPPs – Parcerias Público Privadas, pois as mesmas fazem parte da linha de privatização da saúde.
- Ampliar a participação popular e extinguir os modelos burocráticos e verticalizados nos serviços de saúde.
- Romper com o modelo centralizado na doença e construir políticas de promoção e prevenção, considerando a determinação social e econômica da saúde.
- Fortalecer, organizar e priorizar a gestão do SUS em Belo Horizonte melhorando o seu desempenho e acolhendo melhor a população do Estado que aqui vem para ter acesso aos serviços mais adequados.

- Ampliar a rede de Centros de Referência em Saúde Mental – CERSAM's. É necessária a abertura desses serviços nas regionais onde eles ainda não existem (centro-sul e norte), aliviando a demanda dos outros serviços.
- Ampliar a rede de Centros de Referência em Saúde Mental infantil – CERSAMi. Hoje, a população de metade da cidade ainda é atendida no CEPAI (Hospital Psiquiátrico Infantil).
- Ampliar a rede de Centros de Referência em Saúde Mental álcool e outras drogas – CERSAMad para todas as regionais da cidade.
- Ampliar a rede de Consultórios de Rua para todas as regionais da cidade.
- Abertura de Casas de Acolhimento Transitório para usuários de álcool e outras drogas que necessitem de um espaço protegido para reestruturação de suas vidas.
- Nenhum morador em hospitais psiquiátricos. Dar continuidade ao trabalho de desinstitucionalização e abertura de Serviços Residenciais Terapêuticos.
- Rejeitar a internação involuntária e o financiamento público das comunidades terapêuticas.
- Retomar a gestão completa dos serviços públicos pela prefeitura e seus trabalhadores, realizar concursos públicos e implantar uma política pública de recursos humanos com criação de uma carreira para o conjunto do funcionalismo.

8. ARTE CONTRA A BARBÁRIE: CULTURA, DEMOCRACIA, FESTA E DIREITO À CIDADE

Durante o século XX, principalmente após a década de 70, com a formulação e implementação das reformas neoliberais, a lógica de mercado passou a ser reconhecida como superior para as organizações sociais – como, por exemplo, as PPP's e privatizações. Na cultura não é diferente. Verifica-se um processo cada vez maior de transferência das responsabilidades públicas do setor cultural ao setor privado, que passaram a guiar a própria lógica da formulação das políticas públicas.

Dentro dessa lógica, o direito não se refere mais ao usufruto da *cultura*, mas, simplesmente, desfrutar das possibilidades que o consumo confere a quem pode adquirir produtos e serviços através do mercado. Em outras palavras, a questão cultural tem sua essência no acesso à mercadoria.

Em consequência, a política pública voltada para cultura se reduz à questão do acesso. Uma política cultural minimamente consistente deveria englobar tanto a acessibilidade à produção e a formação de público, mas também a formação de cidadãos culturais e a preservação e manutenção das manifestações espontâneas da cidade, garantindo o direito de existência sem necessariamente sua institucionalização.

A universalização do direito ao acesso a cultura, quando se vê transformado em potencial de ampliação de mercado de consumo cultural, implica necessariamente em um empobrecimento radical dessa dimensão, porque objetivamente não se trata mais da existência social de um povo, mas da ostentação de um modo de vida baseado no consumo.

Nas últimas décadas, a inserção da cultura na lógica mercantil, acabou por reduzir o valor legítimo de um *bem* cultural ao preço, ou seja, é o valor econômico que define o sucesso da indústria cultural. Decorre-se disso, uma censura antecipada: o mercado condiciona os projetos culturais que poderão avançar e os que não.

O que marcou esse processo de forma definitiva foi a criação das Leis de Incentivo à Cultura – federal, estaduais e municipais. A lei de incentivo do município de Belo Horizonte

foi instituída em 1993 e dispõe de dois mecanismos fundamentais: o incentivo fiscal e o Fundo de Projetos Culturais. O primeiro é baseado na dedução fiscal do ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – para pessoas físicas e jurídicas que apoiarem ou patrocinarem projetos culturais e o segundo é um fundo destinado ao incentivo de projetos culturais cujo volume de recursos é basicamente definido pela dotação orçamentária.

Em relação ao primeiro mecanismo, a questão obviamente problemática é a competência das organizações privadas para executar ações públicas. Este problema está assentado essencialmente na diferença das naturezas do público e do privado, que possuem obrigações completamente distintas. Em palavras mais claras: o setor privado lida com consumidores e o Estado lida com cidadãos.

Através das Leis de Incentivo Fiscal e suas transformações legais, o Estado abandonou a posição de formulador de políticas públicas e se tornou apenas um regulador, permitindo a iniciativa privada determinar as prioridades. Estas prioridades estão fortemente ligadas a dois benefícios óbvios: o fortalecimento da marca – aumento do capital intangível da empresa – e o próprio benefício fiscal.

Em decorrência, a lógica do financiamento cultural passa a ser regida pela possibilidade de retornos financeiros. O investimento privado não é altruísta: o retorno chancela as ações. O que ocorre é que uma série de projetos aprovados não é financiada por não possuírem apelo comercial. Além do mais, as empresas se utilizam desse mecanismo perverso para abertura de editais espúrios, com total desrespeito ao trabalho dos artistas, que se tornam sujeitos à violência e humilhação.

Quando os projetos culturais se tornam apêndices empresariais, não se busca solucionar os problemas da esfera pública, mas cortar o mal pela raiz. Lógica esta que está em total desacordo com a Constituição Cidadã de 1988, a saber: a *descentralização* e a *participação social* na gestão de políticas públicas. Portanto, o incentivo fiscal é um mecanismo perverso e inadequado por essência, no momento em que transfere recursos públicos para marketing empresarial e permite que as grandes corporações definam as prioridades da política.

O outro lado da Lei de Incentivo, a saber, os Fundos, acabam tendo que distribuir as migalhas que lhe são destinados, pela falta de investimento público no setor (parcela ínfima do orçamento), a projetos com caráter menos comercial. Portanto, apesar da existência necessária do espaço, este é incapaz de permitir a realização dos projetos aprovados. E, quando são, de forma incompleta.

Um dos resultados mais perversos da instituição da Lei de Incentivo à Cultura foi cristalizar uma noção de que a política cultural estaria reduzida ao incentivo. Em uma perspectiva contrária, acreditamos que o Estado deva tomar para si o papel de formular políticas públicas voltadas para o bem comum, ou seja, incentivar todos os tipos de manifestações culturais, viabilizando a produção, divulgação e apresentação dos mesmos, de forma perene e constante – insubordinada à lógica volátil do mercado – além de garantir e preservar qualquer manifestação espontânea de ocupação do território da cidade.

Os conflitos que se encerram ao refletir sobre o papel das políticas públicas voltadas para cultura estão enraizados em conflitos sociais, políticos e ideológicos. Verifica-se que a própria esfera pública exclui uma série de segmentos sociais, impedindo-os de influenciar na formulação das políticas. Portanto, a democracia – vetor da cidadania – é o vetor da política que privilegiará os processos, os modos de vida, as subjetividades e as dinâmicas sócio-culturais que dão sentido mesmo à vida. O problema de uma concepção de cultura única tem,

como consequência, a restrição de uma série de atividades criadoras tornarem-se significativas.

Por a cultura ainda ser um campo privilegiado para a satisfação não utilitária do homem contemporâneo, o debate sobre a cultura e política cultural não pode deixar de se relacionar à própria democracia, como espaço para permeabilidade da esfera pública às diferentes *culturas* presentes na sociedade.

O descaso da última gestão com a questão cultural é notória. A começar por uma redução significativa de investimentos no setor, causou a obsolescência de vários projetos e aparelhos de cultura existentes na cidade, além de reprimir e dificultar a realização de várias manifestações espontâneas. Exemplos são vários: a ausência de um projeto cultural para a cidade que criasse uma articulação entre os diversos aparelhos culturais (museus, parques, bibliotecas, centros culturais e teatros) com programação perene, o descaso com a revitalização do Teatro Municipal Francisco Nunes, a tentativa de cancelar o FIT/BH, o sucateamento do CRAV – Centro de Referência Audiovisual –, a paralisação e sucateamento do projeto Arena da Cultura, o atraso na revitalização do Cine Santa Tereza e reforma do Teatro Marília, o descaso com a situação do Lapa Multishow e sua transformação na Casa da Música de Minas Gerais, a realização de um edital autoritário para a Feira de Artesanato da Afonso Pena com total falta de sensibilidade e diálogo com os principais atores e militantes do projeto, a turbulenta constituição do Conselho Municipal de Cultura e os casos de abuso de autoridade e repressão aos conselheiros de oposição, além de outros.

O outro lado da gestão nefasta adotada nos últimos anos, que talvez seja a mais problemática, por tornar visceral a lógica mercantil de *cidade-empresa* é a burocratização e o esforço de inviabilizar quaisquer manifestações culturais espontâneas da cidade e até a repressão. A realização de eventos públicos na cidade que se propõe a ocupar o “território” sofrem uma série de empecilhos burocráticos, desde a dificuldade de obtenção de alvarás, licenças e autorizações até dificuldades impostas autoritariamente durante a própria realização dos mesmos além da agressão aos artesãos de rua e artistas de sinal.

Na contramão da política desinteressada e agressiva adota na última gestão, a cidade vive um momento de grande florescimento artístico e cultural, com a mobilização e organização de diversos grupos em prol de uma cidade *de direito*. Na triangulação da cidade como espaço de poder político, econômico e da *feira*, reforçamos o caráter transgressor e emancipatório da *feira* como ocupação plena da territorialidade espacial e simbólica: toda revolução é uma revolução cultural.

Eixos e propostas:

- Criação da Secretaria Municipal de Cultura com a constituição de um corpo técnico competente.
- A realização de um Censo Cultural da cidade com mapeamento dos atores, aparelhos e equipamentos de cultura – com avaliação da situação de cada –, além do incentivo a debates estéticos em torno da produção artística em Belo Horizonte, através de editais e criação de uma revista periódica de reflexões.
- Aumento dos recursos orçamentários destinados para a área cultural e principalmente para o Fundo de Projetos de Cultura.
- Fim da Lei de Incentivo Fiscal
- Redução do poder das Fundações ligadas à cultura.

- Tomar como guia para as políticas culturais os eixos inclusão, descentralização, internacionalização, incentivo e proteção do patrimônio cultural.
- Fortalecimento e democratização do Conselho Municipal de Cultura e seu “empoderamento” como instância consultiva e deliberativa, que possa guiar qualquer política para o setor.
- Revisão do Edital para a Feira Hippie e reforço do diálogo dos formuladores de políticas com os trabalhadores da feira.
- Revitalização dos aparelhos de cultura e a criação de um projeto de articulação dos mesmos a ser construído em diálogo com os cidadãos.
- Revitalização do Teatro Municipal Francisco Nunes e do Cine Santa Tereza, reforma do Teatro Marília e consolidação da Casa da Música de Minas Gerais, articulado à elaboração de um projeto, em conjunto com a comunidade, que torne espaços de permanente apoio à produção da cidade.
- Preservação e respeito aos artistas e artesãos de rua.
- Garantia da manutenção de todas as expressões artísticas e culturais autônomas e espontâneas sem sua institucionalização.
- Redução da burocratização que estrangulam uma série de projetos e eventos culturais da cidade.
- Criação de novos equipamentos e aparelhos de cultura para democratização do acesso à produção (estúdios, espaços e equipamentos técnicos de utilização pública).
- Criação de espaços permanentes de formação de grupos, fortalecendo a criação de grupos e a manutenção dos mesmos, que não se restrinja à lógica da acessibilidade como objetivo único da política cultural.

9. LAZER E ESPORTE

Em primeiro lugar, qualquer análise e proposição de políticas públicas de esporte e lazer não podem perder de vista o contexto político e econômico em que são realizadas, bem como os interesses e projetos de poder dos seus agentes públicos e/ou privados. Dito de outro modo, a realização de políticas públicas de esporte e lazer referenciadas em interesses democraticamente construídos comumente esbarra em limites como redução de investimentos nas áreas sociais, a insuficiência da contratação de funcionários públicos, a corrupção, as terceirizações e privatizações, dentre outros. O que têm condenado e atrelado as políticas de lazer, esporte e práticas corporais aos interesses de poucos, parcela privilegiada da população.

As gestões do esporte nas cidades padecem da naturalização da cultura esportiva como garantia de privilégios fiscais às modalidades de maior alcance midiático. Dessa forma, a-historicamente, apenas reproduzem a libido do mercado. Esse modo restrito de lazer e esporte cria uma expectativa de apropriação e acesso passivos da cultura esportiva dita genuinamente nacional: a busca por satisfação imediata, o prazer individual, a alienação e o não-desenvolvimento de autonomia criativa.

Especificamente, a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Belo Horizonte – SMEL - nunca teve uma política com começo, meio e fim, e torna-se cada vez mais uma moeda de troca para a construção de alianças que se propõem capturar recursos para as eleições, a exemplo do último governo. A Secretaria é repassada então a aliados que não têm projetos, ou pior, que tem apenas um objetivo: se fortalecer eleitoralmente valendo-se do apelo popular e capilarização que a pasta dispõe.

A SMEL vem, ao longo dos tempos, dando ênfase à construção de grandes eventos esporádicos com fim em si mesmos. A priorização da construção/reforma de estádios e a “caça” de novos atletas visando a Copa do Mundo de 2016 e as Olimpíadas são exemplos desse modelo, numa política clara de inversão das necessidades do povo belorizontino.

A rede municipal de equipamentos (quadras, campos de futebol, pistas, parques, etc.) e unidades de lazer e de esporte administrada pela SMEL é uma incógnita. Não existem dados oficiais precisos e disponíveis. As políticas e estruturas estão isoladas dos outros setores e se concentram no atendimento de jovens. **A distribuição geográfica dos equipamentos e unidades públicas é muito desigual, punindo as regiões mais afastadas do centro da capital.**

Esse modelo de política onde se priorizam parcerias público-privadas, nas quais os equipamentos e recursos são voltados a parcerias com ONG's sem a premissa da avaliação das reais necessidades das comunidades e da cidade. Sem contar na precarização dos equipamentos públicos, muitos totalmente sucateados.

De maneira geral, há um reforço do caráter idealista e despolitizado dos fenômenos sociais, que ressalta o mito utilitarista de que o esporte reduz a violência, afasta das drogas, promove saúde e serve de trampolim social. É necessário contrapor também a conceituação idealista de lazer, que entende o lazer como ocupação do tempo livre. Afinal, sob a imposição de poucos, tempo de lazer não pode ser nada além de tempo de consumo.

Lazer e esporte de um grupo social qualquer são condicionados pela forma de produção e reprodução material e simbólica da sua existência. **Por isso, não é difícil perceber que políticas públicas que aumentem o salário e seu poder de compra, a diminuição da jornada de trabalho, melhorias no sistema de transporte (redução do tempo de ir e vir), alimentação, habitação, saúde e educação têm um efeito direto sobre a cultura corporal.**

Entendemos que pensar uma política sólida e consequente que avance no sentido de oferecer variadas práticas corporais para toda a população da cidade de Belo Horizonte exige coragem para apresentarmos propostas de universalização da política e de financiamento público, de organização de um sistema integrado e de gestão participativa, onde se inverta as prioridades hoje. Uma Belo Horizonte que consiga oferecer variadas práticas corporais para 99% e não para os 1% do espetáculo.

Eixos e propostas:

- Democratizar o lazer e o esporte na cidade, denunciando os pontos de estrangulamento econômico para as políticas sociais no município.
- Não aceitaremos à privatização (ou concessão) de estruturas públicas de lazer e esporte, tampouco a mercantilização da cultura corporal e à terceirização de gestão e de contratação de pessoal.
- Eleição direta para os representantes e garantia de participação de diversos setores e interesses que permeiam as questões relativas as políticas públicas de esporte e lazer no Conselho Municipal de Esportes.
- Construção de uma política universal para o lazer e o esporte na cidade, ocupando e ressignificando os espaços públicos.
- Destinação do valor mínimo de 1% do Orçamento do Município para as políticas de lazer e de esporte, com ampliação progressiva do orçamento e que seus recursos sejam descentralizados.

- Organização e sistematização dos dados e informações da cidade por regionais (equipamentos, unidades esportivas, número e ocupação das vagas, professores, educadores e integração dos dados com outras secretarias).
- Elaboração do Plano Municipal de Lazer e Esporte que contemple os espaços públicos e sua utilização, manutenção, ampliação e qualificação de trabalhadores.
- Construção de equipamentos e unidades esportivas deve seguir a demanda e a localização definida pelos moradores. Como referência mínima, deveriam existir 10 (dez) equipamentos por regional; Além de espaços públicos centrais livres para prática de hip-hop, capoeira, street-ball, pistas para skate, bicicleta e patinação; política para unidades específicas com funcionamento 24 horas.
- Integração dos espaços esportivos às estruturas de educação, saúde, turismo e cultura (bibliotecas, parques, praças, escolas, laboratórios de informática, Unidades Básicas de Saúde).
- Realização de eventos, oficinas, encontros e torneios organizados de forma a privilegiar a participação da comunidade. Apoio material, técnico e financeiro para iniciativas populares e tradicionais.
- Incentivo aos cursos de educação física a favorecer uma formação voltada para os serviços públicos, escolas da rede e SUS.
- Discutir junto ao município os atos profissionais privativos da educação física, entre outros, que através de reserva de mercado impossibilitam que mestres de artes marciais, artistas, dançarinos ou atletas exerçam legalmente seu trabalho.
- Valorizar os professores de educação física e educadores. As ações educativas no interior dos Centros Esportivos, Clubes da Comunidade, Clube da Cidade, UBS, Centro Culturais, e Praças vem ser realizadas por profissionais concursados, com regime de trabalho estável e plano de carreira, inspirados por projetos coletivos adequados a cada realidade.

10. MEIO AMBIENTE: POR UMA REFORMA URBANA ECOSOCIALISTA

As questões ambientais vêm ocupando cada vez mais espaços, tanto que poucos de nós percebemos que palavras e expressões como “ecossistema” e “impacto ambiental”, até pouco tempo atrás, eram de uso exclusivo de pesquisadores, técnicos e militantes da área. Além da inserção na mídia, é cada vez mais comum sua presença nas agendas dos partidos, organizações e movimentos. Em muito contribuiu a divulgação dos relatórios do IPCC (sigla em inglês de Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), que colocou a atividade humana como principal responsável pelas mudanças climáticas.

A expansão descontrolada das cidades, a privatização dos serviços públicos e a especulação imobiliária, levaram à privatização da cidade, além da degradação do solo urbano e a eliminação das áreas verdes. A utilização das “áreas nobres” em empreendimentos comerciais afastou as pessoas do centro da cidade, aumentando o tempo gasto no transporte. A opção pelo transporte individual, em detrimento do transporte coletivo, aumentou a dispersão dos gases do efeito estufa, além do stress provocado pelos engarrafamentos.

O espaço geográfico escolhido para a construção da cidade de Belo Horizonte, no fim do século XIX, era marcado pela diversidade ecológica, exibindo no encontro da paisagem montanhosa do quadrilátero ferrífero com a bacia sedimentar que caracteriza a região de Lagoa Santa, o encontro das Minas com os Gerais. Principalmente a partir da segunda metade do século XX, crescendo ao tom de uma produção do espaço desenfreada, a cidade é refém

dos interesses econômicos como o de empreiteiras que controlam o poder político, impõem, mandam e desmandam.

A mentalidade da “eficiência empresarial” tem ganhado vigor nas últimas administrações. Por meio de intensa publicidade articulada a modelos antiquados, a população viu seus espaços naturais serem concretados, como ocorreu com o curso do rio Arrudas, um dos principais da cidade. A intervenção humana drástica nesses espaços, sem a prévia discussão sobre seus impactos, faz com que a população fique a mercê do impacto de uma natureza desbalanceada, demonstrado nas enchentes dos meses de verão ou no calor da região Centro-Sul, cuja circulação natural de ar foi bloqueada pelo processo de verticalização do Belvedere. Processo esse que ameaça constantemente a região da Pampulha, destruindo sua paisagem e complicando ainda mais a rede de esgotos da região.

A Serra do Curral, símbolo de BH, com centenas de nascentes e vertentes naturais, sofre o ataque constante, com a conivência dos governos estadual e municipal. A cidade está entregue à arquitetura do concreto e à sanha mineradora predatória e inconsequente. O mundo natural não pode ser arrasado prejudicando milhões de moradores belo-horizontinos, para que mineradoras faturem fortunas abocanhadas por uns poucos.

Há, entretanto e como demonstraram várias cidades do mundo, como Londres e Paris, a possibilidade de reversão desse processo, despoluindo e “destampando” rios e córregos, observando a legislação sobre áreas de preservação permanente e ampliando a áreas de parques ecológicos.

Por isso, é necessária pensarmos uma **Reforma Urbana Ecológica** tão radical quanto a Reforma Agrária Ecológica defendida pelos movimentos sociais. Uma **Reforma Urbana que inverta prioridades e garanta a participação popular na decisão** e no controle dos projetos, mas que **também incorpore uma perspectiva ecológica no Plano Diretor**. Devolver a cidade a seus cidadãos, garantindo total acesso aos espaços e serviços públicos, à cultura, à moradia, à educação, à saúde, ao trabalho, ao transporte e ao lazer, em uma relação sustentável com a natureza.

A seguir, alguns eixos e propostas para uma reforma urbana ecossocialista para Belo Horizonte:

- Eleição direta dos representantes do Conselho Municipal de Meio Ambiente.
- Não aceitaremos a construção de hotéis e verticalização do entorno da Lagoa da Pampulha.
- Elaboração de metas de redução de emissão dos gases do efeito estufa.
- Substituição do diesel pelo álcool e o gás nos ônibus e na frota oficial.
- Medidas que diminuam o número de veículos poluentes nas ruas.
- Universalização do acesso à água, que deve ser oferecida pelo Estado, com gestão pública e controle social.
- Prioridade do abastecimento doméstico sobre o uso industrial.
- Uso social da água, aumentando a tarifa das grandes indústrias, usando o arrecadado na recuperação da bacia de origem.
- Despoluição dos córregos e nascentes e se possível criar matas ciliares, ao redor dos cursos d'água, como eficaz combate às inundações, e propiciar lazer e qualidade de vida aos belo-horizontinos.
- Utilização do biogás nos aterros sanitários;

- Organizar os catadores em associações e cooperativas, oferecendo programas de inclusão;
- Reciclar o entulho da construção civil, utilizando-o em programas de habitação popular;
- Implantar usinas de compostagem dos resíduos orgânicos em alternativa aos lixões;
- Criar mecanismos tributários de incentivo a indústrias limpas e tributação de práticas poluidoras;
- Integrar o trabalho da vigilância sanitária com os órgãos de defesa da saúde do trabalhador, visando diminuir os impactos de manuseio ou contato com substâncias, irradiações, ruídos e temperaturas que afetem a saúde do trabalhador;
- Alterar a organização, regime e condições de trabalho, em busca de ambientes de trabalho menos estressantes e atividades menos repetitivas.
- Garantir o direito à moradia digna, com água potável e tratamento de esgotos, em locais seguros que não ameacem as reservas ambientais;
- Regularizar a posse da terra nas ocupações, preservando mananciais e áreas de preservação;
- Recuperar áreas degradadas das grandes cidades, destinando-as a projetos de habitação popular social e ambientalmente sustentadas;
- Planos Diretores ecológicos, que levem em conta o uso social do solo urbano e o conceito de pegada ecológica (quantidade de terra e água necessária para sustentar as gerações atuais, tendo em conta todos os recursos materiais e energéticos gastos por uma determinada população).

11. SEGURANÇA: MAIS POLÍTICAS PÚBLICAS E MENOS REPRESSÃO

O tema segurança ocupa grande parte dos debates durante os períodos eleitorais, juntamente com a saúde e educação. No geral, uma parcela muito significativa dos candidatos, fala que é preciso desenvolver políticas sociais e outros meios para conter o ingresso, principalmente dos jovens, no mundo do crime e das drogas. No entanto, a maioria das propostas centra em medidas repressivas e aumento do efetivo das polícias nas cidades. A ineficácia das medidas repressivas está comprovada, pois nos últimos anos aumentaram os instrumentos coercitivos e as estatísticas mostram que algumas modalidades de crimes vêm aumentando. A situação de Belo Horizonte não é diferente: num passado recente foi criada a Guarda Municipal, no sentido de melhorar esse quadro, mas a população continua sem saber como se portar frente a tamanho problema, pois a mesma continua atuando de forma repressiva e antiquada.

Para desenvolver uma nova concepção de segurança pública, nosso governo irá se debruçar, juntamente e com a participação direta da população, na construção de espaços coletivos de elaboração de ações capazes de inibir a violência, e de forma colaborativa ajudar o Estado e Federação a desenvolverem políticas solidárias de segurança.

Atuaremos em outro sentido para criar uma **nova identidade institucional da Guarda Municipal**, diferente do modelo encaminhado atualmente que reproduz elementos ultrapassados e conservadores da Polícia Militar e do Exército. Ou seja, para além das retóricas das gestões municipais sobre adesão a modelos preventivos de segurança cidadã, na prática, a Guarda Municipal de Belo Horizonte está sendo estruturada tendo como referência um modelo considerado falido que é o da militarização das ações de proteção.

No lugar de armas, equipamentos e “parafernálias” direcionadas à transformação anacrônica da Guarda Municipal em uma “Polícia Militar Municipal”, **manteremos a**

Guarda Municipal desarmada e investiremos em formação de quadros de base para atuar como **agentes de mediação de conflitos em bases locais em parceria com redes sociais protetivas da sociedade civil e do poder público**. Trabalho por projetos, com metodologias de transversalidade, que permitam a formação de equipes que rompam com a estrutura institucional vigente da Guarda Municipal. Para isso, a humanização das relações na organização e a valorização de recursos humanos, ou seja, das pessoas que compõem as bases da Guarda Municipal, seriam os pontos principais da reformulação do modelo.

Imediatamente, **a direção da Guarda Municipal passaria do atual regime de comando militar para uma direção colegiada acordada entre os Conselhos Populares, a Administração Municipal e os trabalhadores/as da Guarda Municipal**.

Defendemos também a formação dos Conselhos de Vizinhança contra a violência, doméstica e pública, pois acreditamo-nos capazes de constituir uma sociedade capaz de minimizar sensivelmente os crimes de maior violência, como o latrocínio e o estupro. Nossa perspectiva, reiteramos, não é a de legitimar uma força policial municipal retrógrada, que hostiliza a população e trata os indivíduos como potenciais criminosos.

Partindo-se desse pressuposto, somente seremos capazes de criar uma “segurança” artificial e temporária. Acreditamos, portanto, que a **melhor forma de combate à criminalidade é a utilização democrática e permanente da cidade**, a partir da ocupação das ruas e praças - agora tomadas como espaços de convivência, e não de passagem - e do investimento em apresentações artísticas, iluminação e outras diversas ações socioculturais. A cidade, por seu caráter múltiplo, plural, e potencialmente democrático, não pode fechar-se aos setores marginalizados da sociedade: devemos incluí-los e torná-los participantes, criando em todos um sentimento de integração e segurança mútua.

12. MULHERES

O combate às desigualdades de gênero e raciais pressupõem práticas de cidadania ativa para que a justiça de gênero se concretize e ocorra a ampliação das condições de autonomia pessoal e auto-sustentação das mulheres, de forma a favorecer o rompimento com os círculos de dependência e subordinação. Para isso, são necessárias políticas que busquem a redução da desigualdade a partir da ampliação do acesso a serviços e da responsabilização pública pelo bem estar dos indivíduos. Essas políticas devem demarcar a importância do controle pelas mulheres de seu próprio corpo, a liberdade de exercer a sua sexualidade, os direitos à integridade corporal e ao bem-estar, aspectos que remetem às concepções sobre os direitos sexuais e reprodutivos, gerando a formulação de políticas que visam assegurar a saúde integral das mulheres em todas as fases da vida e a garantia das escolhas sexuais e reprodutivas. Assim como, responder às demandas que pressionam o cotidiano das mulheres inseridas num contexto de dominação, em particular, frente à violência doméstica e sexual, com atenção especial para as mulheres negras que formam a maior parcela.

Neste sentido, o governo municipal deve implementar um conjunto de propostas de políticas públicas para as mulheres, debatidas e apontadas em todos os níveis da administração pública desde a realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres em 2004.

Trabalho e Geração de Renda:

- Criar condições de independência econômica e divisão do trabalho doméstico, através de programas que estimulem a geração de emprego e renda e criem suporte social ao trabalho das mulheres, tais como a ampliação das vagas na educação infantil, restaurantes populares em

todas as regionais e criação de lavanderias coletivas.

- Garantir programas de qualificação, capacitação e formação de mulheres para o mercado de trabalho, respeitando a livre expressão cultural, sexual e religiosa. Destaque para as religiões afro-brasileiras.
- Garantir o acesso ao crédito e à capacitação técnica e financeira de mulheres, com especial atenção às micro e pequenas produtoras, individuais e coletivas.
- Inserir as mulheres em situação de prisão em atividades de capacitação profissional, incentivando a organização de empreendimentos da economia solidária;
- Implantar programas de alfabetização e educação continuada, como forma de reabilitação e ressocialização, assim como garantir possibilidade de geração de trabalho e renda às jovens que cumprem medidas socioeducativas.

Participação e controle social:

- Fortalecer da participação das mulheres em espaços de definição de políticas e disputa por recursos; e do acesso aos espaços de decisão das políticas prioritárias.

Gestão de políticas públicas:

- Fortalecer a Coordenadoria da Mulher com estrutura, recursos humanos e orçamento próprios, para implementação e ampliação de políticas para as mulheres e de enfrentamento a todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres.
- Implementar e ampliar políticas e equipamentos sociais voltados à população idosa, considerando as mudanças populacionais e etárias.
- Garantir a execução e implementação das ações do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, com permanente controle municipal e monitoramento dos recursos, com diagnósticos e avaliação, garantindo a participação do movimento de mulheres.
- Ampliar, aperfeiçoar e monitorar a Rede Municipal de Atendimento às Mulheres em situação de violência, garantindo a inclusão de programas, serviços e ações, e a efetiva implementação da Lei Maria da Penha e demais normas jurídicas nacionais e internacionais que respeitem os direitos das mulheres a uma vida digna e sem violência.
- Incorporar as perspectivas étnico-raciais, geracionais, de orientação sexual e de pessoas com deficiência à proteção de direitos das mulheres em situação de violência, proporcionando ações intersetoriais e integradas para a prevenção e o enfrentamento da violência.
- Capacitar e sensibilizar profissionais da área de segurança pública, saúde, educação, justiça e assistência psicossocial na temática da violência de gênero, incorporando as perspectivas étnico-raciais, geracionais, de orientação sexual e de pessoas com deficiência, garantindo a implementação de uma política de gestão de pessoas integrada para a Rede de Atendimento à Mulher, articulando a atuação das áreas de segurança pública, saúde, justiça e assistência social.
- Promover medidas educacionais, preventivas e campanhas permanentes para o enfrentamento da violência contra as mulheres, incluindo outras formas de violência como a mercantilização do corpo das mulheres, assédio sexual, racismo, lesbofobia e a reprodução da violência nos meios de comunicação e publicitários e nas diversas ações de comunicação e cultura.
- Criar e fortalecer as estratégias de fiscalização no combate ao turismo sexual e à exploração sexual de meninas e mulheres, com especial ênfase nos grandes eventos que acontecerão na capital mineira.

Saúde:

- Garantir o acesso à saúde para as mulheres em situação de violência, com implantação de serviços específicos para atendimento às vítimas de violência e suas famílias, inclusive para aquelas em situação de encarceramento.
- Implementar e acompanhar a Política Municipal de Atenção Integral à Saúde da Mulher e a Política Municipal de Atenção à Saúde da População Negra na rede hospitalar da cidade.
- Apoiar a Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde e promover ações educativas para o respeito à livre manifestação religiosa
- Desenvolver capacitação continuada dos/as profissionais de saúde e de gestores/as, garantindo o atendimento humanizado e a autonomia das mulheres nos serviços nas redes pública e privada, sobretudo das mulheres negras.
- Assegurar assistência qualificada e humanizada à gravidez, ao aborto, ao parto e ao puerpério, a fim de reduzir a morbimortalidade materna, especialmente de mulheres negras.
- Ampliar o número de serviços e promover a assistência qualificada e humanizada nos casos de abortamento inseguro e de aborto legal.

Educação:

- Estimular a produção e difusão de conhecimentos sobre gênero, raça e etnia, e criar condições efetivas para a implementação da lei 10.639/2003 na rede municipal de ensino.
- Desenvolver e divulgar programas permanentes e campanhas educativas junto à comunidade escolar e população em geral, com as temáticas de gênero, diversidade sexual, geracional, racial e étnica, de pessoas com deficiência; sobre direitos das mulheres e sobre o enfrentamento a todas as formas de violência, discriminação e preconceito.
- Garantir o acesso, a permanência e a formação das mulheres em áreas científicas e tecnológicas, nas modalidades de ensino e pesquisa, por meio de ações afirmativas e ampliando a rede de assistência estudantil, considerando a igualdade de gênero, étnico-racial, de orientação sexual, os recortes geracionais e os direitos das pessoas com deficiência.

13. JUVENTUDE

Há uma série de definições sobre o que é juventude. Estas definições esbarram, não raramente, em mitos construídos social e historicamente e fortemente enraizados no senso comum. Para nós, a juventude é um setor social. Devemos, antes de tudo, entender a juventude como categoria socialmente construída. Ela ganha contornos próprios em contexto históricos e sociais distintos, e é marcada pela diversidade nas condições sociais, culturais, de gênero e até mesmo geográficas.

É evidente pela análise de indicadores socioeconômicos que as desigualdades presentes na sociedade brasileira em geral se reproduzem de forma específica na juventude. As disparidades econômicas e sociais entre brancos e negros, a concentração da juventude nas cidades e as desigualdades sociais entre jovens homens e mulheres dão pistas dos principais problemas a serem enfrentados.

Política Municipal de Juventude

Nos últimos anos, o debate sobre a necessidade de criação de um campo especial de políticas públicas destinadas à juventude se intensificou no Brasil. Com efeito, observamos que as políticas públicas de juventude em geral visam à criação de uma rede de iniciativas de

caráter assistencialista que toma o lugar de ações que poderiam garantir soberania econômica da população, optando assim pela manutenção da dependência econômica dos setores sociais mais vulneráveis.

As políticas para a juventude devem ter como foco central o fomento à participação política dos jovens, ou o que chamamos de protagonismo juvenil, ao mesmo tempo em que asseguram o acesso aos direitos da juventude. Isso não nega as demais iniciativas de caráter emergencial, mas muda radicalmente o foco das ações do Estado para a juventude: queremos mais participação dos jovens nas mudanças e enfrentamentos políticos diários resultantes da sociedade desigual em que vivemos e não a acomodação que resulta das ações de caráter assistencialista.

Para combater esta lógica, propomos:

- Articulação das ações sob responsabilidade de Conselhos e Secretarias Municipais de Juventude, com a presença dos movimentos sociais e da juventude na formulação das políticas públicas de juventude;
- Criação dos Conselhos e realização dos Congressos Municipais de Juventude, que definirão as diretrizes a serem implementadas pelos governos;
- Criação de programas que estimulem a participação política, o protagonismo juvenil e a auto-organização dos jovens;
- Secretarias de Juventude com orçamento próprio e eleição dos membros do Conselho Municipal de Juventude no Congresso da Juventude;
- Criação de centros de referência para a juventude, com atividades esportivas, de lazer, culturais, com palestras que incentivem a formação política dos jovens, com acompanhamento de profissionais das diversas áreas do conhecimento;
- Estimular espaços de articulação das organizações e movimentos juvenis (Fórum, Movimentos, Espaços de Diálogo, Rodas de Diálogo etc.) para valorizar, estimular e assegurar uma maior participação dos diversos segmentos juvenis.

Juventude e Educação

Pesquisa do Instituto da Cidadania revelou que 74% dos jovens acreditam que a escola é fundamental para entender e melhorar a realidade. Porém, a educação no Brasil está entre as piores da América do Sul. Os índices de analfabetismo, acesso ao ensino médio e superior colocam o Brasil entre os piores do mundo.

No ensino médio, o principal problema é a baixa proporção de jovens em idade adequada além da péssima qualidade deste nível de ensino em todo o país. Em 2007, cerca de 82% dos jovens entre 15 e 17 anos frequentavam algum nível de ensino, mas apenas 48% estavam no ensino médio.

Além disso, é no ensino superior que se constata as maiores desigualdades. Hoje, apenas 13% dos jovens entre 18 e 24 anos estão no ensino superior. Destes, mais de 70% estão matriculados em instituições privadas, ou seja, pagando para estudar.

Por isso, defendemos os seguintes eixos e propostas:

- Garantir a participação juvenil na elaboração das políticas públicas na área de educação;
- Prioridade total à erradicação do analfabetismo. Construção de campanhas pela Erradicação do Analfabetismo, organizada pelos movimentos sociais, estudantes e professores para alfabetizar toda a população belorizontina em quatro anos;

- Ampliação dos recursos públicos para a educação pública com aumento dos percentuais de vinculação obrigatória para a educação, passando de 25% para 30% do orçamento;
- Cobrar junto aos governos estaduais a universalização do ensino médio;
- Ampliar a oferta de cursos de alfabetização para jovens e adultos;
- Melhorar a qualidade dos ensinos fundamental e médio;
- Ampliar a oferta de vagas nos cursos noturnos, em todos os níveis de ensino, a fim de facilitar o acesso do jovem trabalhador à educação formal;
- Garantir a destinação adequada de recursos para subsidiar ações educativas, com capacitação contínua de docentes e aparelhamento e manutenção das instalações da escola;

Juventude e Trabalho

A saída da escola e a entrada no mundo do trabalho são processos que caracterizam em alguma medida a juventude. No Brasil, a média de idade de entrada no “mercado de trabalho” é de 15,8 anos entre os homens e de 15,9 anos entre as mulheres. Ao mesmo tempo, a média de idade em que os jovens saem da escola é de 18,1 anos para homens e de 17,9 anos para as mulheres. Ou seja, a saída da escola é, em média, posterior ao ingresso dos jovens no mundo do trabalho, o que constitui em si um problema bastante particular.

Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), a taxa de desemprego entre os jovens está diretamente relacionada com a taxa de desemprego da sociedade em geral, mas a juventude sente mais fortemente variações como as constatadas na recente crise econômica. Assim, a juventude mostra-se mais vulnerável ao desemprego diante de mudanças na economia.

Não consideramos a simples entrada de jovens no chamado “mercado de trabalho” uma solução. Para os que trabalham, é preciso assegurar formas de proteger a juventude trabalhadora das variações de humor do mercado. Mas ao mesmo tempo, nosso esforço deve ser o de combinar políticas de retardo do ingresso dos jovens no mundo do trabalho, garantindo assistência às famílias e atendimento das necessidades básicas e permitindo um período de transição para que esse ingresso não se dê de maneira precária.

Por isso, defendemos e temos como eixos:

- Garantir a participação juvenil na elaboração das políticas públicas nas áreas de trabalho, emprego e renda;
- Viabilizar junto aos Estados e União ações que permitam ampliar a permanência do jovem na escola, a fim de que ele possa cursar o ensino público regular até a conclusão do ensino médio, de educação superior ou de educação profissional;
- Estabelecer mecanismos de controle social de recursos aplicados em formação profissional por meio de conselhos municipais de juventude, utilizando seus respectivos fundos;
- Definir política de qualificação profissional, garantido a formação sócio-educativa com ênfase em: formação específica, conceito de cidadania, reconhecimento de potencialidades pessoais, culturais e artísticas e estímulo ao protagonismo juvenil;
- Incluir jovens que cumpram medidas sócio-educativas nos programas de formação profissional;
- Acompanhar e monitorar os jovens que se beneficiam dos programas públicos de emprego e renda.

14. DIVERSIDADE SEXUAL

E tem o seguinte, meus senhores: não vamos enlouquecer, nem nos matar, nem desistir. Pelo contrário: vamos ficar ótimos e incomodar bastante ainda. (Caio Fernando Abreu)

A população LGBT no Brasil e no mundo tem sido oprimida por mecanismos de dominação amparados na tradição, na moral, no discurso científico. Essa opressão se manifesta de formas diversas, desde as mais sutis até a eliminação física dos corpos considerados desviantes. No ano passado, foram assassinados no Brasil 226 homossexuais, bissexuais, travestis ou transgêneros, uma média de um a cada 33 horas (e os números vêm subindo nos últimos anos). O Brasil ocupa, assim, a vergonhosa liderança no ranking mundial de violência homofóbica. Enquanto os Estados Unidos, um país de 300 milhões de habitantes, tiveram 9 assassinatos de travestis em 2011, o Brasil viu serem executadas 98 travestis e transexuais. Aqueles que vivem fora das normas dominantes de gênero e sexualidade carregam invariavelmente consigo marcas de uma violência limitadora do exercício de direitos, mas é toda a sociedade que perde com a negação do reconhecimento da diversidade.

A população LGBT de Belo Horizonte sofre com problemas semelhantes aos do restante do país. Segundo pesquisa realizada na Parada LGBT de 2006, a maioria dos participantes já experimentou discriminação em locais públicos e quase a metade foi discriminada dentro da própria família e na escola; 23,5% da população transgênera relatou ter sofrido agressão física e maus tratos, e metade d@s participantes já receberam xingamentos ou ofensas verbais. Nosso programa busca colocar a administração municipal a serviço do tratamento dessas questões, em parceria com o movimento social LGBT e a população de Belo Horizonte. Assim, nos comprometemos a:

- garantir o uso do nome social por transexuais e travestis em todas as instâncias da administração;
- vetar projetos de lei de caráter homofóbico;
- sancionar leis de defesa e promoção da cidadania e dos direitos humanos de LGBT;
- elaborar, implementar e acompanhar um Plano Municipal de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, respeitando as decisões da Conferência Municipal LGBT de 2011 e destinando orçamento para a execução do mesmo;
- dar visibilidade aos mecanismos de enfrentamento à homofobia já existentes no município, em especial quanto aos direitos assegurados a essa população;
- fortalecer o Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania LGBT (CRLGBT) da prefeitura;
- criar uma Coordenadoria Municipal da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, dentro da estrutura do Executivo, com orçamento próprio;
- criar um Conselho Municipal da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, com representação paritária da sociedade civil no mesmo;
- convocar, destinar recursos e realizar as Conferências Municipais LGBT, nas etapas que precedem as Conferências Nacionais LGBT convocadas pelo Governo Federal;
- garantir a discussão da temática LGBT em todos os espaços institucionais da Prefeitura de Belo Horizonte;
- garantir no orçamento municipal recursos para ONGs e a gestão pública executarem ações de promoção da cidadania e dos direitos civis de LGBT;

- dar formação em Direitos Humanos e Diversidade Sexual para os agentes públicos, destacando a importância e necessidade do enfrentamento à homofobia e ao sexismo na construção de um projeto democrático de sociedade;
- garantir, efetivamente, o direito à expressão afetiva das homossexualidades em espaços públicos de forma tão ampla quanto a que é manifesta pelos heterossexuais, por meio da elaboração de edições de bolso informativas sobre direitos, telefones de serviços aos quais recorrer, entre outros, com ampla distribuição em escolas, locais de cultura, centros de referência, universidades e eventos;
- instrumentalizar, com mecanismos de mapeamento e avaliação, o monitoramento das desigualdades sociais relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero;
- fomentar produções culturais que levem em consideração a diversidade sexual;
- levando em consideração o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, assim como os processos de Conferências a ele relacionado, implementar políticas públicas intersetoriais voltadas à promoção da igualdade de gênero e combate à homofobia, com destaque para ações estratégicas nas áreas de saúde, educação, trabalho e renda, cultura e desenvolvimento social.

15. NEGROS E NEGRAS

O relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2005 - Racismo, pobreza e violência (PNUD, 2005) fez um levantamento de indicadores brasileiros nas áreas de desenvolvimento humano, renda, educação, saúde, emprego, habitação e violência e concluiu que em todos a situação do negro é desfavorável. A pesquisa mostra que as diferenças entre brancos e negros apontam em alguns casos uma defasagem de mais de uma geração.

A porcentagem de homens negros com curso superior completo, em 2000, por exemplo, era menor que a dos homens brancos de 1980. As cidades brasileiras refletem estas estatísticas e demonstram como os efeitos do racismo e da pobreza, de forma associada, definem os lugares sociais de negros e não-brancos. Apesar da intensa circulação de mercadorias, bens, pessoas, ideias e valores, as cidades são concentradoras de riqueza e poder e reproduzem práticas racistas seculares que confinam o negro e o não-branco a determinados territórios, depauperados e sem nenhum tipo de presença do poder público. É o que explica, por exemplo, o fenômeno da segregação espacial da população negra e não-branca com a formação de favelas, periferias, alagados e cortiços que, no contexto da cidade, estigmatizam os seus moradores. Nestes lugares, o poder público só se faz presente como estado “policial”, ou seja, não chega em forma de direitos em torno da educação, saúde, moradia, cultura etc.

Estas áreas segregadas, por sua vez, sofrem os influxos da especulação imobiliária: a voracidade dos interesses privados, seus empreendimentos e condomínios definem a migração forçada de negros e pobres para áreas menos valorizadas. Este processo de “faxina étnica” atinge as metrópoles e grandes cidades, com duros reflexos na condição de vida da população negra, e é acompanhado por toda uma lógica institucional que, ao reproduzir práticas racistas seculares, invisibiliza os negros e não-brancos no contexto do espaço urbano.

O sistema de ensino público pouco fez em termos da Lei 10639/03 (atual 11645/08), que tem como objetivo incluir nos currículos escolares a cultura e história africana e indígena. Na área de saúde, ainda não existem estatísticas sobre a situação da população negra, em especial no que diz respeito a doenças como a anemia falciforme, com grande incidência sobre a população afrodescendente.

Na área da cultura, os centros e espaços de produção cultural nas periferias e subúrbios são diminutos, sendo que, na maior parte das vezes, os ativistas culturais destas áreas agem por conta própria e sem apoio do poder municipal.

As religiões de matriz africana – candomblé e umbanda – sofrem com a perseguição à sua livre manifestação, num evidente atentado à liberdade religiosa. A juventude negra é associada à criminalidade e isto, implicitamente, é o que justifica o seu processo de extermínio e violação dos direitos humanos. Em suma, o poder público não se mobiliza para promover a cidadania e os direitos desta parcela da população, que se destaca pela intensa produção cultural e artística através de expressões culturais juvenis, como o hip hop.

É função do poder público municipal promover a visibilidade e os direitos dos afrodescendentes, ou seja, reparar e promover políticas de integração desta população à cidade. Belo Horizonte possui instrumentos de intervenção nestas áreas e o poder público pode e deve contribuir para que a universalização dos serviços se combine com práticas antirracistas através da valorização do negro, como cidadão pleno, assim como de sua cultura.

Nossas propostas para a população negra:

- Regulamentação da Lei 10.639/03 (atual 11645/08), a partir de um amplo debate com educadores (as) e militantes do movimento negro, com o objetivo de capacitar educadores e produzir material didático.
- Fortalecer e ampliar as funções e objetivos do Museu Afro-Brasileiro
- Promover a integração da população negra ao Sistema Único de Saúde, tendo como base as resoluções aprovadas na I Conferência Nacional de Saúde da População Negra.
- Formação de Comitês de Bairro de Combate ao Racismo e Valorização da Cultura Afro-Brasileira, representativos dos diversos segmentos locais, com o objetivo de orientar o poder público municipal na formação de programas na área de educação, saúde, moradia, cultura e lazer.
- Incentivar a organização de Encontros Municipais de Religiões de Matriz Africana, para debater iniciativas do poder público municipal para resguardar o direito à liberdade religiosa.
- Valorização das expressões da cultura negra, como o hip-hop, samba e maracatu, através da formação de cooperativas de produtores culturais livremente associados, que se estruturam em torno de um Circuito Cultural Afro-Brasileiro.
- Implantação de cota para negros e negros no serviço público municipal, proporcional à população negra de Belo Horizonte.
- Implantação de um programa de atendimento no serviço público para portadores de anemia falciforme.